

NOVOS TEMPOS PARA O COOPERATIVISMO

Roberto Rodrigues*

Em outubro passado foram comemorados 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, na qual entraram 6 temas ligados ao cooperativismo, o que pode ser considerado um ponto de inflexão para esse sólido movimento socioeconômico.

O mais importante foi o inciso 18 do artigo quinto que proibiu a intervenção do Estado na criação e funcionamento das cooperativas. Foi uma espécie de carta de alforria. Antes de 1988, para uma cooperativa ser instituída, precisava de uma Autorização de Funcionamento - a famigerada AF - que era concedida por um órgão de governo. E esta AF só era deferida se o tal organismo considerasse que os estatutos estivessem adequados à legislação vigente, contemplando seus objetivos e área de atuação, se o capital integralizado dos associados fosse suficiente para cumprir as funções especificadas e se os dirigentes eleitos fossem considerados idôneos. Só depois disso era concedido registro na Junta Comercial. Isso acontecia apenas com cooperativas, e acabou em 1988, dando origem à Auto-Gestão do Sistema, sonhado havia décadas.

Com a abertura para as cooperativas de crédito e com a determinação constitucional do Estado apoiar o cooperativismo e o associativismo, o movimento se soltou e cresceu espetacularmente em todos os ramos, mas dois são mais notáveis: o primeiro é o cooperativismo agropecuário, hoje responsável por mais da metade da produção brasileira no setor, garantindo aos pequenos e médios produtores - que representam 80% do número de cooperados- acesso a crédito, tecnologia, agregação de valor e mercados. E o segundo é o cooperativismo de crédito, que antes de 1988 era praticamente impedido de funcionar, pelas regras então vigentes no Banco Central: atualmente, se todas as cooperativas de crédito pertencessem a uma única instituição financeira, já seriam o sexto banco no país, atrás apenas do BB, da Caixa, do Itaú, Bradesco e Santander.

Mas todo esse sucesso se deveu a um extraordinário Congresso organizado em 1988 pela OCB, que debateu durante meses o que as cooperativas e seus associados queriam incluir na Constituição. Foi o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, até hoje saudado como o balizador do trabalho dos Constituintes que deu novo rumo ao movimento.

Pois bem, pouco mais de 30 anos depois, a mesma OCB se prepara para realizar seu XIV Congresso. São outros tempos, outro país, outra realidade. Novas tecnologias de gestão, novas demandas globais, temas como a sustentabilidade na produção, a conectividade e a qualidade de produtos ganham grande dimensão. E a OCB já deu partida às discussões sobre o temário do evento. Pelo país todo as cooperativas e suas organizações estaduais e setoriais estão empenhadas na formulação de propostas modernizadoras e contemporâneas.

Dois temas me parecem muito relevantes: o primeiro diz respeito à participação de mulheres e de jovens nos Conselhos de Administração de TODAS as cooperativas. Há uma certa resistência a essa ideia tão democrática. A

participação feminina deve ser dada a partir de comitês de mulheres que as cooperativas precisam constituir. E a de jovens tem a ver com a perenização do movimento.

Já o segundo é mais complexo: parece haver uma tendência de profissionalizar a gestão de cooperativas, o que pode ser bastante positivo, com presidentes contratados. Nesse caso, seria interessante limitar o número de mandatos dos presidentes eleitos, sempre no sentido da boa democracia, que está no DNA do cooperativismo.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**